



remaa

Educação Ambiental e Patrimonial: um estudo da produção de vídeos educacionais na comunidade indígena Guarani do Brasil

Hector Barros Gomes¹

Universidade de São Paulo - USP

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1386-9165>

Rosana Louro Ferreira Silva²

Universidade de São Paulo - USP

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5787-2331>

Resumo: A pesquisa em questão, parte de um doutorado, foca na Educação Ambiental e Patrimonial enquanto ferramentas para registro da cultura indígena guarani, situada em São Paulo, Brasil. A partir de recursos audiovisuais feitos pela própria comunidade, foram analisadas as questões ambientais que se conectam com a vida e experiências guarani, para compreender a visão de conflitos socioambientais. Com base na pesquisa etnográfica crítica, todo o processo foi feito com participação ativa da comunidade indígena. Os resultados da pesquisa indicam que a questão da territorialidade é essencial para a identidade guarani, e conflitos com o meio urbano são comuns, e ameaçam a sua existência de forma constante. A produção audiovisual pode servir como base de dados e um acervo de educação ambiental voltado para o patrimônio e valorização dessas comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, memória, comunidade indígena, resistência, identidade.

Educación Ambiental y Patrimonial: un estudio de la producción de vídeos educacionales en la comunidad Indígena Guaraní de Brasil

Resumen: La investigación en cuestión, parte de un doctorado, se centra en la Educación Ambiental y Patrimonial como herramientas de registro de la cultura indígena guaraní, ubicada en São Paulo, Brasil. Utilizando recursos audiovisuales elaborados por la propia comunidad, se analizaron problemáticas ambientales que conectan con

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo - USP. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Educadores (GEPEAFE/USP). E-mail: hectorgomes@usp.br

² Professora Associada da área de Ensino de Biologia do departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo - USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Educadores (GEPEAFE/USP) E-mail: rosanas@usp.br

la vida y experiencias guaraníes, para comprender la visión de los conflictos socioambientales. A partir de una investigación etnográfica crítica, todo el proceso se llevó a cabo con la participación activa de la comunidad indígena. Los resultados de la investigación indican que la cuestión de la territorialidad es esencial para la identidad guaraní, y los conflictos con el entorno urbano son comunes y amenazan constantemente su existencia. La producción audiovisual puede servir como base de datos y colección de educación ambiental centrada en el patrimonio y valoración de estas comunidades tradicionales.

Palabras clave: Educación ambiental, memoria, comunidad indígena, resistencia, identidad.

Environmental and Heritage Education: a study of the production of educommunicative videos in the Guarani indigenous community of Brazil

Abstract: The research in question, part of a doctorate, focuses on Environmental and Heritage Education as tools for recording the Guarani indigenous culture, located in São Paulo, Brazil. Using audiovisual resources made by the community itself, environmental issues that connect with Guarani life and experiences were analyzed, to understand the vision of socio-environmental conflicts. Based on critical ethnographic research, the entire process was carried out with the active participation of the indigenous community. The research results indicate that the issue of territoriality is essential to the Guarani identity, and conflicts with the urban environment are common, and constantly threaten they existence. Audiovisual production can serve as a database and an environmental education collection focused on the heritage and appreciation of these traditional communities.

Keywords: Environmental Education, memory, indigenous Community, resistance, identity.

Introdução

A Educação Patrimonial (EP) envolve o reconhecimento e o desenvolvimento de um trabalho educativo voltado para as questões culturais, saberes e manifestações, seus signos e significados dentro de uma comunidade. Neste sentido, a sua iniciativa é relevante por sensibilizar e valorizar a herança cultural e os processos identitários, construídos a partir da observação, registro e reflexão da importância dos referenciais culturais. Em conjunto com a Educação Ambiental, permite o desenvolvimento de ações queensem e percebam os bens da natureza, materiais e imateriais, associados aos grupos sociais que apresentam um vínculo com o seu meio como um caminho relevante para a produção de conhecimento e formação educativa (Costa, 2019). Baseando-se em pressupostos decoloniais e na abordagem crítica de Educação Ambiental, um estudo investigativo com registro de narrativas comunitárias envolvendo populações indígenas pode ser um meio que permite repensar as relações entre ser humano e meio ambiente, bem como as relações de conflito e a proposição de ações para questões ambientais (Muniz; Pelacani, 2017).

Compreendendo o mundo atual como um campo de disputa de uma memória oficial e coletiva e no campo ambiental, a Educação Patrimonial visa utilizar narrativas de comunidades oprimidas como forma de salvaguarda e divulgação de conhecimentos e saberes coletivos, além de compartilhamento de outras formas de ser, estar e existir no mundo atual.

Marcada por uma superexploração de recursos naturais e de uma desconexão entre ser humano e meio ambiente, a atualidade se constitui por meio de um ciclo de degradação que se mantém por meio de hierarquias entre pessoas e outros seres vivos. Do mesmo modo, o avanço tecnológico, somado à automatização têm alterado a forma de se atuar e se perceber o mundo, em termos de tempo, espaço, velocidade e território. Igualmente, os marcadores geográficos e territoriais não são os mesmos, pois os recursos digitais expandiram as linhas fronteiriças.

O movimento denominado de ecossistema comunicativo provoca uma mudança na circulação do saber, que agora está presente em diferentes canais e linguagens que acontecem simultaneamente e de forma acelerada. Esse contexto traz desafios ao campo educativo, quanto a reinvenção e construção de novas formas de práticas e interações que desenvolvam a cidadania considerando essa multiplicidade de informações e produções midiáticas enquanto dimensão estratégica (Martín-Barbero, 2000).

Neste sentido, é fundamental a inserção da Educomunicação enquanto área estratégica de intervenção social, apropriação e participação democrática, que contempla a mediação tecnológica enquanto processo educativo, de pesquisa e reflexão epistemológica (Tassara, 2008).

No Brasil, a comunidade indígena Guarani mbya, que tem aldeias espalhadas por diversas regiões dentro e fora do Brasil apresenta uma história complexa, com rompimentos e lacunas fruto da violência colonial, e que perduram até os dias atuais. No presente estudo, a comunidade envolvida, se localiza no estado de São Paulo, em uma região chamada Jaraguá. A comunidade indígena, cada vez mais pressionada pelo desenvolvimento urbano, tem que lidar com questões e problemáticas ambientais relevantes que afetam a sua saúde e desafiam a sua própria sobrevivência.

Neste percurso, o trabalho aqui relatado envolve uma pesquisa de doutorado em Ensino de Ciências, o qual faz parte de um projeto maior que tem como título: “Educação

ambiental e gestão de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: articulação de saberes na construção de comunidades de aprendizagem” que foi desenvolvida em quatro Unidades de Conservação no estado de São Paulo (Brasil). Neste artigo serão relatados os resultados envolvendo uma dessas Unidades de Conservação.

Fundamentação

A Educação Patrimonial foi inicialmente definida como uma ferramenta de alfabetização cultural sobre o mundo, com intuito de situar e construir nos sujeitos uma compreensão sociocultural e histórica-temporal.

O patrimônio inclui um conjunto de elementos que simbolicamente funcionam como referenciais identitários para os grupos sociais e que representam aspectos de relevância cultural, tanto do passado quanto do presente, enquanto fontes de conhecimento (Morón-Monge, et al. 2012).

Contudo, o conceito de patrimônio se modificou com o tempo. Inicialmente a noção de patrimônio compreendia a produção artística que traz sentido à vida, como obras arquitetônicas, escritos, ritos, línguas, crenças, entre outros. A própria Constituição Federal de 1988 do Brasil, em seu artigo 216, define como patrimônio cultural “*os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*”. Neste sentido, a noção de patrimônio contempla sistemas culturais integrados e dinâmicos, de elementos materiais quanto imateriais, em que se inserem as formas de expressão, modos de viver, sítios de valor histórico, paisagístico, ecológico e científico (Brasil, 1988; Junqueira; Alves, 2018).

De acordo com Taha (2018), o patrimônio é organizado em três categorias: a) natural – advém da natureza; b) do saber e fazer – advinda do conhecimento; c) bens sólidos – como resultado do conhecimento.

Unificadas, as áreas de Educação Ambiental e Patrimonial permitem compreender o ambiente como um complexo social e força-motriz para a valorização cultural e a história de

comunidades, sendo essencial para o senso de representação de mundo e identidade coletiva (Barros; Molina; Silva, 2011).

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) abordam que o patrimônio vivo se faz na pesca, plantação, plantas utilizadas como alimentos, culinária, danças, modo de ser e vestir, rituais, relações sociais, tudo que culturalmente está presente em uma comunidade e faz parte de sua identidade.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (Horta; Grunberg; Monteiro, 1995).

Por muito tempo a preservação patrimonial foi instrumentalizada por meio da seleção de discursos e representações que construíram um passado heroico associado ao período colonial, e ao silenciamento de outras etnias que, vistas como primitivas, foram forçadas a assimilar a cultura branca (Pierre-louis, Lima; Eid, 2019). Assim, sua proposta era de conservar o patrimônio de caráter colonial e com uma visão nacionalista sobre o Brasil (Silva, 2015).

Os sentidos atribuídos aos patrimônios e a Educação Patrimonial mudam no século XXI, em um momento em que acontece uma maior atenção para as políticas culturais e movimentos relevantes socialmente, como o feminismo e o ecologismo, voltando-se para os sentidos multi-identitários, com a inclusão de grupos silenciados historicamente (Silva, 2015).

É necessário reconhecer que os saberes e experiências da vida indígena também integram o patrimônio brasileiro. De acordo com o Inventário da Diversidade Linguística do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são mais de 250 línguas faladas no Brasil (IPHAN, 2024).

Assim, a Educação Patrimonial se justifica na valorização da diversidade enquanto forma de reversão ao etnocentrismo, principalmente na questão brasileira em que a cultura foi forjada historicamente (Junqueira; Alves, 2018).

Igualmente, a Educomunicação é entendida, a partir da autora Tassara (2008), como um conjunto de ações comunicativas que apresentam uma intencionalidade educacional, visando a apropriação democrática para a produção de informação. Logo, a Educomunicação

se concebe enquanto potência contra hegemônica e emancipatória a partir do reconhecimento e ressignificação autêntica de uma forma de narrar o mundo.

Iniciada nos anos 60, em período ditatoriais, a Educomunicação se apresenta enquanto processo de transformação e reflexão de condições socialmente estabelecidas de opressão. Em Kaplún, há uma ênfase da participação ativa no processo comunicativo, pois todos têm experiências e conhecimentos a partilhar. E essa atuação está sempre articulada à mobilização e justiça social, com respeito aos direitos humanos, ou seja, acompanha uma tomada de consciência e recuperação de autoestima em suas capacidades criativas: o empoderamento (Kaplún, 1998).

Nesse caminhar, a Educomunicação se concebe enquanto potência contra hegemônica e de emancipação por meio da transformação das relações de poder a partir da criticidade, criatividade e diálogo (Rosa, 2020).

De acordo com documento “Programa de Educomunicação Socioambiental”, publicado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, a Educomunicação se instaura como uma defesa do direito à comunicação, envolvendo processos formativos de habilidades comunicativas e de gestão participativa (Brasil, 2005).

Neste sentido, defende-se a articulação da Educação Patrimonial com a Educação Ambiental Crítica e a Educomunicação socioambiental ancorada na abordagem transformadora, concepção freireana, enquanto caminho dialógico para que os indivíduos envolvidos no processo educativo se tornem agentes e sujeitos de conhecimento. O compromisso se estabelece na problematização do contexto social enquanto práxis e humanização no processo de aprendizagem, com potencial de contribuir com a manutenção de práticas culturais históricas e atribuição de outros valores aos conhecimentos enraizados na comunidade (Taha, 2018).

De acordo com Torres e Carril (2021), a partir da perspectiva crítica freireana é possível articular as diferenças e a identidade enquanto campo político, como forma de reconhecimento e justiça social.

Sob esse aspecto, a Educação Ambiental Crítica em conjunto com a Educação Patrimonial e a Educomunicação socioambiental se desenvolvem a partir de um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da própria herança cultural, mas também

contribui com o processo de continuidade e criação. Essa visão dialoga com a interculturalidade, que ganhou ênfase nos anos 90 como forma de dar visibilidade e reconhecer as relações positivas entre diversos grupos culturais. A vertente crítica, ainda em processo de construção, segundo a sua defensora, Catherine Walsh (2009), tem seu olhar direcionado para a estrutura colonial e racializada, e para a transformação dessas relações sociais e da forma de pensar, ser, aprender e existir no mundo.

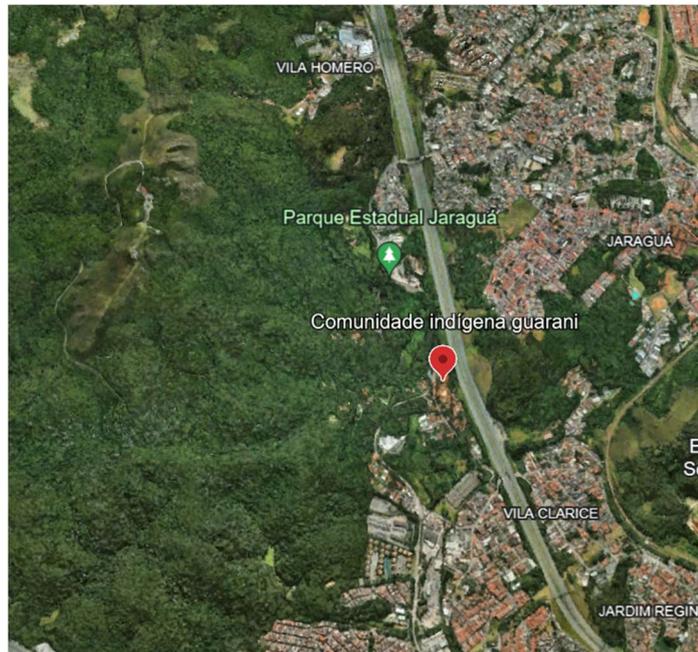
Contexto da pesquisa

O trabalho em questão fez parte de um projeto maior intitulado “Educação Ambiental e gestão de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: articulação de saberes na construção de comunidades de aprendizagem” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Fundação Florestal e quatro Unidades de Conservação, dentre elas o Parque Estadual do Jaraguá, contexto desta pesquisa e que tem a comunidade indígena Guarani em seu entorno.

A região do Jaraguá é marcada pela especulação imobiliária e problemáticas em relação à habitação. O bairro tem um extenso tráfego de automóveis ao longo do dia, e é nítida a desigualdade e vulnerabilidade social por meio dos contrastes das moradias (Figura I).

Figura I: Contraste socioambiental e localização da comunidade indígena Guarani em São Paulo, Brasil.



Fonte: Google Earth, 2024.

Esse contexto está atrelado a diversos conflitos territoriais. Diversos estudos apontam que o distrito do qual faz parte possui uma história de problemáticas relacionadas a ocupação do território, com impactos ambientais advindos da falta de planejamento urbano e loteamentos irregulares, a atuação de pedreiras na exploração mineral da região, conflitos no estabelecimento e acesso ao transporte urbano de trabalhadores, índices altos de mortalidade infantil, insegurança estrutural e social (Bacci; Diniz; Aquino, 2011).

A ocupação urbana ao redor do Parque Estadual do Jaraguá e da comunidade Guarani mbya simboliza um modo de vida em descompasso com o *Nhanderekó* (modo de ser Guarani). Para a comunidade indígena o território (*Yvyrupá*) é comunitário, onde se estabelece a *tekoa* (ou aldeia), um espaço sociopolítico em que há uma complexa relação com o ambiente, em termos espirituais, físicos e sociais.

Os *Guarani*, comunidade indígena participante desta pesquisa se encontram em diversas localidades da América Latina, como Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, sendo organizados em três grupos, os nhandeva, kaiowá e mbya, este último correspondendo ao contexto da pesquisa (Michelino, 2019).

O estudo aqui relatado foi desenvolvido com foco específico na comunidade indígena Guarani mbya, residente dessa região do Jaraguá em São Paulo, devido à sua relevância dentro de uma perspectiva decolonial e crítica. A escolha desta comunidade se fundamenta não apenas no contato que possuem com o Parque Estadual do Jaraguá, enquanto espaço de representação cultural, mas também sobre um compromisso ético para as suas questões culturais e territoriais. Cabe ressaltar que a pesquisa foi submetida e aprovada por Comitê de ética, garantindo o cumprimento legal da investigação.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar os discursos presentes nas narrativas audiovisuais a partir da visão de representantes da comunidade indígena Guarani mbya, localizada no estado de São Paulo Brasil, a partir da perspectiva da Educação Ambiental Crítica e da Educação Patrimonial.

Metodologia

Neste trabalho adotou-se como metodologia a etnografia crítica em articulação com a pesquisa participante, enquanto abordagem de investigação social que se caracteriza pela participação ativa, tanto do pesquisador quanto dos sujeitos envolvidos com o processo de construção da pesquisa. Essa forma de pesquisa rompe com os paradigmas positivistas, dispondo de uma evidente dimensão pedagógica e política, a qual possui como fundamentos: compromisso ideológico com a transformação social; ter como base experiências de vida cotidiana das pessoas participantes, contextualizando histórica e socialmente; envolve a participação popular e as formas de conhecimento produzidas pela sociedade enquanto legítimas:

As pesquisas desse gênero buscam compreender as relações entre as questões investigadas e o sistema social mais amplo, com o objetivo de apreender a totalidade de suas determinações, bem como de desvelar sistemas de dominação, opressão, ideologia e discursos com a finalidade de contribuir para que tais situações sejam alteradas (Mainardes; Marcondes, 2011, p. 426).

Este estudo utiliza como abordagem metodológica a pesquisa participante, que se constitui enquanto uma atividade de investigação social que envolve a participação ativa da comunidade indígena, e ações críticas para a transformação social dos sujeitos envolvidos (Tafari, 2015). Para isso, foram desenvolvidos encontros que duraram cerca de um ano e meio

(com início no final de 2022), com atividades envolvendo jovens e lideranças da comunidade que voluntariamente quiseram participar de um grupo de construção de um espaço colaborativo de registro audiovisual de suas vivências e manifestações, além de memórias e perspectivas de seus representantes sobre as questões e conflitos ambientais que vivenciam. Foram cerca de oito jovens indígenas participantes que utilizaram recursos como, câmeras de celulares, microfone e gravação de áudio, e recursos digitais na elaboração de sua narrativa sobre o mundo em que vivem.

Nesta pesquisa, a Educomunicação socioambiental se estabeleceu enquanto abordagem educacional para planejamento de propostas e ações comunicativas em que o processo de documentação audiovisual e significação foi protagonizado pelos jovens da comunidade indígena Guarani mbya, contemplando a memória coletiva enquanto prática de Educação Ambiental e registro Patrimonial. Seguindo os princípios estabelecidos pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (2008), como diálogo permanente, produção participativa, proteção e valorização do conhecimento tradicional e direito à comunicação, a Educomunicação é meio de atuação e ferramenta de preservação e valorização da memória da comunidade indígena Guarani Mbya. Ao integrar práticas educativas e comunicativas, essa abordagem possibilita não só o registro, mas a salvaguarda dos saberes tradicionais a partir das vozes e experiências históricas da própria comunidade.

Durante os encontros, os indígenas registravam tudo o que gostariam de mostrar de sua comunidade e do ambiente em que viviam. Os jovens foram encorajados a documentar sua própria comunidade e os eventos culturais e sociais que envolviam a sua comunidade e realidade. Este processo não se restringiu apenas à gravação de vídeos, mas também envolveu momentos de entrevistas com lideranças, educadores, e outros representantes da comunidade. A maior parte das atividades aqui relatadas aconteceram na aldeia denominada de *Tekoa Pyau* (“aldeia nova”), criada com apoio da prefeitura no ano de 2004 a partir de uma reivindicação da própria comunidade.

As entrevistas aqui analisadas contemplam três participantes: uma liderança Guarani, um professor indígena e uma educadora de um museu indígena.

O diálogo foi primordial nesta forma de pesquisa, enquanto práxis, ação reflexiva em relação a uma realidade de forma coletiva, tomada em forma de criação e transformação (Brandão; Borges, 2007).

A linha etnográfica, utilizada como suporte, tem sua base nas ciências sociais, sobretudo na antropologia, com estudos que investigam a cultura de um determinado grupo social. Assim, essa área é marcada pelo envolvimento e inserção do investigador com o campo de pesquisa, a qual envolve observação direta, o estabelecimento de conversas tanto informais e formais, quanto entrevistas não-diretivas (Bezerra, 2010).

Quando desenvolvida na perspectiva crítica, a etnografia envolve propósito político explícito, com uma análise mais aprofundada dos aspectos que se relacionam com os conflitos e as disputas de poder, apresentado como plano de fundo intenções emancipatórias.

A metodologia adotada por essa forma de pesquisa pode ser sistematizada em cinco pontos principais:

- 1) Observação e descrição;
- 2) Análise de dados da observação;
- 3) Geração de dados dialógicos;
- 4) Análise para descobrir as relações entre indivíduos, grupos e sistemas;
- 5) Uso do sistema de relações para explicar as conclusões da pesquisa.

Este estudo se propõe a uma análise das memórias discursivas presentes nos registros audiovisuais através da lente teórica da análise de discurso, com base no autor Michel Pêcheux (1997).

Para Pêcheux, o discurso tem um efeito de sentido entre locutores, e se constitui enquanto objeto sócio-histórico. A linguagem sofre ação da exterioridade, também denominada de interdiscurso. Assim há uma memória discursiva, em que o dito torna possível o dizer.

Para o autor, a linguagem faz parte de um mecanismo também ideológico, e critica a ideia de sujeito de discurso, ao alegar que todo sujeito é na verdade um ser de origem do discurso, justificado no social e determinado por uma inscrição ideológica.

Portanto, o discurso não pode ser visto sem seu contexto histórico no qual se insere, já que a linguagem é mediação entre o ser humano e sua realidade social. Assim, a materialidade do discurso não tem um fim em si, pois está sempre em relação com outros discursos, em processos de ressignificação. Neste sentido, a análise de dados será pautada em dois elementos principais de Pêcheux: a memória discursiva e a ideologia.

A ideologia é uma questão central no campo de pesquisa de Pêcheux, ao utilizar Marx como base de sua construção, entendida como um conjunto de relações existentes nos discursos que reproduzem as relações sociais de poder e dominação. O discurso tem papel estratégico ao moldar as identidades e o que o autor chama de posição-sujeito.

A memória discursiva é moldada pelas práticas discursivas históricas a partir de uma determinada formação discursiva, ou seja, contempla ideologias e elementos que são retomados em diferentes contextos. São construídas socialmente, e possuem uma regularidade que carrega representações de sentido e significado (Camargo, 2019). A sua importância consiste também em apontar o que é retomado nos discursos, mas também os acontecimentos que rompem com a regularidade e os esquecimentos, ou seja, o que não é dito.

Resultados e discussões

O processo de construção audiovisual pode ser um aliado no processo de divulgação em meio digital dos conflitos socioambientais vivenciados pela comunidade indígena. A partir da análise das entrevistas foi perceptível que entre as principais demandas coletivas está a questão da territorialidade.

Inseridos num contexto que ainda não reconheceu a demarcação de terras, a comunidade batalha diariamente para que a sua área seja mantida. O território é um marco para os indígenas justamente pelo vínculo entre a comunidade e o meio ambiente. A resistência é outra categoria relevante identificada como elemento basal para a continuidade dessa comunidade, pois o uso das produções audiovisuais criou um suporte, uma poderosa arma de expressão e conhecimento que pôde ser disseminado na sociedade como um todo. Outro ponto interessante é o quanto o processo de registro permitiu um maior contato entre

gerações na comunidade, trazendo mais sentido de pertencimento dos jovens com sua comunidade.

De certo, o registro é um caminho para denúncia de violações e conflitos, mas também empoderamento e formação coletiva, como é possível verificar nas entrevistas. Os relatos revelam uma complexidade social sobre o modo de existir a partir das narrativas indígenas em um contexto de pressão urbana. A importância de eventos culturais, como festivais, também foi relatada enquanto ação que contribui para a manutenção dos valores identitários da comunidade Guarani. Segundo a memória discursiva descrita por Michel Pêcheux, as apresentações e reflexões dos participantes não são discursos isolados, mas fazem parte de um interdiscurso maior que, no caso dos participantes está sempre atrelada a uma resistência cultural e uma educação (formal e informal) com foco na interculturalidade.

O primeiro discurso analisado, referente a uma liderança indígena Guarani, aqui mencionada como L.M., alinha-se com essa perspectiva ao enfatizar que os festivais culturais desenvolvidos pela comunidade servem como espaços onde os Guarani podem afirmar sua identidade e resistir às pressões da sociedade não-indígena. Essa valorização da cultura através dos festivais também é uma forma de combater o preconceito e a marginalização histórica enfrentada pelos povos indígenas.

Nosso festival é bastante importante pra gente falar da nossa cultura tradicional, milenar Guarani e porque traz essa identidade cultural do nosso povo. Mesmo a gente vivendo aqui no contexto de uma grande metrópole (Liderança Indígena, entrevista, abril de 2023).

Durante a entrevista, a liderança L.M. também fez uma crítica sobre os impactos negativos da sociedade não-indígena nos territórios e na história indígena, que pode ser percebida desde a sua infância através de mudanças que ele tem observado ao longo do tempo.

Malcom Ferdinand (2022) expande essa discussão ao abordar a colonialidade ecológica, mostrando como a destruição ambiental está intrinsecamente ligada à opressão colonial. Neste sentido, os relatos da liderança indígena evidenciam os desafios decorrentes da urbanização, e a presença da sociedade não indígena próxima aos territórios Guarani ilustra

esse contexto, destacando a relevância da luta contínua por autodeterminação e preservação cultural no campo epistêmico, nas memórias e na continuidade dos ritos culturais.

Já o segundo entrevistado, P.I. (professor indígena), atua na comunidade há vários anos e é reconhecido, pelos jovens participantes, em termos de importância coletiva e fonte de sabedoria sobre o processo histórico passado e atual. Durante a entrevista notou-se que o P.I. se colocou em uma posição-social de interlocução entre o plano individual e coletivo enquanto duas relações interdependentes. Ou seja, o seu desenvolvimento pessoal é interdependente do desenvolvimento da própria comunidade em que ele se insere.

Assim, o discurso se faz sempre a partir do(s) outro(s): o coletivo cultural. As memórias discursivas atravessam as referências da história pessoal sempre tendo como pontos de ancoragem, agentes do passado e presente que são integrados na cultura indígena. São histórias geracionais e que retomam os conflitos desde os antepassados.

[...] uma criança no meio da natureza. Ela vai se identificar tanto com as pessoas a sua volta, mas com o lugar também. A gente está fazendo parte de um tempo da história que muita coisa mudou. As histórias que meu pai me contava, como era antigamente na aldeia, por exemplo, do Rio Branco em São Paulo. A caça, a pesca, o plantio. Essa parte de coletividade, né? na divisão dos alimentos, né? A gente, na década de 90, aqui no Jaraguá, já passava por situações difíceis, né? de alimento [...] por ser uma aldeia tão pequena (Professor indígena, entrevista, abril de 2024).

A figura do Juruá, ser humano não-indígena, surge quase como opositor, ameaça, com uma cultura que se afasta dos princípios compreendidos pela cultura Guarani. A formação discursiva se faz por meio de elementos que expõem uma autobiografia a partir da identidade cultural que carrega consigo um discurso geracional, ecológico e social que tem referências na memória coletiva e na tradição Guarani mbya. Há também de se pontuar uma formação discursiva sobre a educação e a relação com o meio ambiente, como exposto pelo professor na fala a seguir:

Porque a escola do Juruá (*não-indígena*) ensina para eles um mapa. um mapa do mundo...e no mapa do mundo tem os continentes, tem os oceanos, tem as nações. Essas nações que ficaram escritas no mapa, que fizeram esse acordo mundial para que eles tivessem as suas nações reconhecidas nesse mapa oficial do mundo tentou apagar milhares de outras nações, milhares e milhares de outras nações. Hoje, esses mais de 100, 150 países que existem no mundo são países que foram criados em territórios que têm milhares de outros povos e nações e culturas e línguas e formas de entender e enxergar o mundo (Professor indígena, entrevista, abril 2024).

Nesta fala, o professor indígena situa o apagamento epistêmico a partir da colonização e forma de representação de mundo (etnocentrismo), que silencia outras formas de conhecer o mundo, expondo que os conflitos além de territoriais são também de ordens simbólicas.

A importância do território é abordada enquanto centro da identidade indígena e uma extensão do ambiente. A palavra *Yvyrupá*, em Guarani, representa esse território que é sagrado para o povo e ameaçado constantemente pelo ambiente urbano.

O “Yvyrupá”, “yvyrupá”. Essa é uma palavra tão importante para o povo Guarani, guardar essa sabedoria, que Nhandeu ensinou que ele tem só uma terra, que é Yvyrupá, vários povos, e o povo Guarani sempre conviveu com esses outros povos. A conexão com o povo vem com essa compreensão de que esses valores, essa sabedoria tão antiga, ela não combina com essa ideia de Brasil. De religiosidade única, como tentaram sempre impor (Professor Indígena, entrevista, abril de 2024).

A entrevista com uma educadora, representante do museu indígena, também enfatizou a importância da educação e da transmissão de conhecimentos tradicionais para as novas gerações. O discurso da educadora se articulou com a ideia de empoderamento cultural e a resistência identitária. A coletividade esteve presente mais uma vez, desde o início ao final da fala a partir do pensar o espaço museológico e no entendimento desse espaço enquanto consolidação de um local de resistência intercultural.

Essas análises integradas mostram como os discursos indígenas contemporâneos estão intrinsecamente ligados a memórias de resistência, educação intercultural e crítica ao colonialismo. As falas dos participantes entrevistados não apenas colocam em evidência relatos de suas vivências pessoais e relações geracionais, mas também as formas de organização contínua que envolvem a luta pela manutenção da identidade e estratégias de luta contra a opressão do contexto em que vivem.

As memórias discursivas são representações que narram todo o conflito estabelecido na colonialidade e apontam uma luta de resistência do povo Guarani até a atualidade, como uma situação estrutural que atua e interfere sobre o modo de ser da comunidade.

A ideologia presente nos discursos também mostra um conflito entre essa estrutura colonial, baseada em injustiças sociais, e a ideologia não-hegemônica do povo indígena, estruturada na educação, na festividade e no processo de memória para manter seu legado cultural.

A Educomunicação socioambiental atravessada pelas memórias, entendidas dentro da Educação Patrimonial, se estabelecem na materialização e documentação da realidade a partir da própria perspectiva indígena, possibilitando o protagonismo em questões sobre a defesa territorial e abre espaço para que a comunidade indígena utilize a tecnologia de forma crítica e enquanto agentes ativos na luta por direitos.

Em cada narrativa, podemos observar a busca por reconhecimento, autonomia e preservação cultural, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Conclusão

A pesquisa direcionada para as produções de recursos audiovisuais educacionais, no contexto da Educação Ambiental e Patrimonial, feitas a partir dos jovens da comunidade indígena, permitiu um maior entendimento do contexto em que vivem, sua forma de contato com o meio ambiente e entendimento de sua experiência coletiva, bem como ajuda a revelar as necessidades reais e busca por ações para a consolidação de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. É necessário que este material e outros sejam feitos com o objetivo comum de deixar registrado e constituir um acervo de educação ambiental que esteja disponível para comunidades escolares e possam estar ao alcance dos diferentes públicos envolvidos com a educação. Os recursos audiovisuais são formas potenciais também de denunciar violações e conflitos históricos, mas sobretudo um registro de conhecimentos, empoderamento e formação coletiva a partir de comunidades silenciadas pelo poder colonial.

Referências

BACCI, D. D. L. C.; DINIZ, T. M. R. G.; AQUINO, T. D. V. S. Diagnóstico socioambiental da atividade de mineração no nordeste da Região Metropolitana de São Paulo – relacionamento com a comunidade e o poder público. **Revista Geociências**. Rio Claro, v. 30, p. 207-217, 2011.

BARROS, J. V.; MOLINA, M. D.; SILVA, M. F. V. Evoluindo com a construção de um novo conceito-educação patrimonial ambiental- a partir das reflexões da educação patrimonial e

ambiental com vistas a ampliação do campo metodológico desse contexto. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**. v. 07, n.06, p. 982-993, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17271/19800827762011173>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BEZERRA, A. K. G. A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante. **Revista Vinheta**. v. 01, p. 01-18, 2010.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Brasília: Órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/progr_educom.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAMARGO, C. M. S. Memória discursiva e a análise do discurso na perspectiva pecheuxtiana e sua relação com a memória social. **Revista Científica da Faculdade de Antônio Meneghetti**, v. 9, n. 14, 2019.

COSTA, C. S. Educação Ambiental Patrimonial: um conceito em construção. **Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p. 1-9, 2019.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu imperial, 1999.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. 1. ed. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>. Acesso em: 9 jul. 2024.

JUNQUEIRA, G. G.; ALVES, D. S. Diálogos transversais: a história indígena e a educação patrimonial no protagonismo das ações educativas no triângulo mineiro. **Revista de História**, v. 10, n. 19, p. 49-64, 2018.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Reflexões sobre a etnografia crítica e suas implicações para a pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, 2011.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**. n. 18, p. 51-61, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i18p51-61>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MICHELINO, G. **Tekoa, cidade e nhanderekó**: Cultura Guarani nas Aldeias Jaraguá, em São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola da Cidade – EC. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: EC, 2019.

MORÓN-MONGE, H.; MORÓN-MONGE, M. C.; WAMBA, A. M.; ESTEPA-GIMÉNEZ, J. Environmental and Heritage Education as a tool for the sustainable development: “an analysis on experimental science and social science textbooks in Secondary School”. 2012. *In*: **3rd International Conference on Heritage and Sustainable Development**, 2012. Disponível em: <https://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/9441?locale-attribute=fr>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PELACANI, B.; MUNIZ, T. S. A.; PEREIRA, C. S. Educação Ambiental crítica e estudos de patrimônio crítico: intersecções e virada para pedagogias decoloniais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 133-151, 2019.

PIERRE-LOUIS, L. A.; LIMA, B. F.; EID, F. C. A (de)colonialidade do patrimônio na América Latina: lugares do negro e do indígena no caso brasileiro e argentino. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, ed. especial, p. 1-15, 2019.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1977.

ROSA, R. Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, v. 25, n. 2, 2020.

SILVA, R. M. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educação em revista**, n. 56, 2015.

TAFURI, D. M. Pesquisa participante em educação e seus aspectos sociológicos, epistemológicos e metodológicos. *In*: **Educação no campo**: história, desafios e perspectivas atuais. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2015. p. 1-14.

TAHA, M. S. **Educação Ambiental e Educação Patrimonial como prática pedagógica interdisciplinar para o ensino de Ciências**. 122p. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de Ciências). Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Bagé: UNIPAMPA, 2018.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental**: ideias, definições e conceitos. São Paulo: FAART, 2008.

TORRES, J. R.; Carril, L. F. B. Formação docente crítica em torno das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade à luz da concepção de educação libertadora de Paulo Freire. **Educar em Revista**, v. 37, p. 1-23, 2021.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. (orgs.). *Construyendo Interculturalidad Crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009.

Submetido em: 27-07-2024

Publicado em: 21-12-2024